



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUCAS PEREIRA NUNES

**LUTA ANTIRRACISTA: AS DEMANDAS DA COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS
E A INSERÇÃO DE NEGROS/AS NO ALTO ESCALÃO DOS MINISTÉRIOS DO
GOVERNO FEDERAL**

TERESINA-PI
2024

LUCAS PEREIRA NUNES

**LUTA ANTIRRACISTA: AS DEMANDAS DA COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS
E A INSERÇÃO DE NEGROS/AS NO ALTO ESCALÃO DOS MINISTÉRIOS DO
GOVERNO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciência
Política, da Universidade Federal do Piauí, Campus
Ministro Petrônio Portella, como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do título de Bacharel em
Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Barbara Cristina Mota Johas

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

N972L Nunes, Lucas Pereira.
Luta antirracista : as demandas da coalizão negra por direitos e a inserção de negros/as no alto escalão dos ministérios do governo federal / Lucas Pereira Nunes. – 2024.
42 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Bacharelado em Ciência Política, Teresina, 2024.

“Orientadora : Prof.^a Dr.^a Barbara Cristina Mota Johas.”

1. Redemocratização. 2. Antirracismo. 3. Ministérios. 4. Movimentos sociais. 5. Partidos políticos. I. Johas, Barbara Cristina Mota. II. Título.

CDD 320.1

Bibliotecário: Gésio dos Santos Barros – CRB3/1469

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar forças para seguir em frente e por colocar profissionais competentes da área da saúde mental no meu caminho. Em muitos momentos, é comum perder a fé quando os acontecimentos são recorrentes, mas em outros, ela é a única luz no fim do túnel.

Agradeço aos meus pais, Francisco e Sebastiana, pelo amor, carinho, dedicação e cuidado. Obrigado por sempre acreditarem que eu conseguiria me formar, mesmo quando eu duvidava de mim mesmo, e por me motivarem a estudar e a nunca desistir dos meus sonhos. Agradeço também à minha irmã Lívia por sempre me apoiar, me motivar a continuar estudando e pelo carinho e amor. Também agradeço a minha avó Silvina por seu carinho, amor e cuidado.

Hannah, você é uma companheira incrível. Por 14 anos, tem me ajudado a segurar as pontas, sendo uma constante fonte de amor, companheirismo, diversão e respeito. Por sempre acreditar que eu conseguiria me formar quando muitas vezes nem eu acreditava, por me motivar a não desistir do curso. Além de tudo, você é minha melhor amiga.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Barbara Johas, por me proporcionar a oportunidade de ser seu orientando. Desde que se tornou minha professora em Gestão Pública, ela tem se mostrado uma mestra que leciona com humanidade e humildade. Admiro profundamente sua inteligência e, principalmente, seu coração. Espero que todos tenham a oportunidade de ser seu aluno e, ainda mais, de ser seu orientando.

Gostaria de expressar meu sincero agradecimento a todos os professores do Curso de Ciência Política. Em especial, à Prof^ª. Dr^ª. Olivia Perez, por seu apoio, motivação e pelos valiosos ensinamentos durante o período em que fui seu orientando como bolsista de Iniciação Científica.

Por último e não menos importante, agradeço à Snow, Canela, Bunny e Meg (in memoriam) por serem as melhores no meu dia a dia, me mostrando que, independentemente de qualquer situação, elas estarão ali me dando amor.

RESUMO

Este trabalho apresenta as pautas relacionadas à política institucional da principal aliança de movimentos negros do Brasil: a Coalizão de Movimentos Negros. Para entender algumas das origens e impactos dessas demandas, verificou-se a inserção de negros nos Ministérios do Governo Federal brasileiro desde a redemocratização até os dias atuais. O objetivo deste texto é problematizar a escassez de negros/as em cargos ministeriais do Poder Executivo, desde a redemocratização do Brasil. Parte-se da hipótese de que haja um direcionamento estratégico dos cargos ministeriais, relegando aos sujeitos não-brancos cargos do “baixo” escalão e com “baixos” recursos. A pesquisa qualitativa realizou uma análise documental de entrevistas concedidas para a mídia eletrônica por um dos membros da Coalizão de Movimentos Negros. Houve também uma verificação por meio de estudos sobre o tema e informações disponibilizadas eletronicamente pelo Governo Federal brasileiro, o perfil dos Ministros, atentando para a presença de negros. Os dados ajudam a entender as demandas dos movimentos negros no Brasil bem como a repercussão de suas lutas, para inserção de pessoas negras nos espaços de poder.

Palavras-chaves: Redemocratização, Antirracismo, Ministérios, Movimentos sociais, Partidos políticos.

ABSTRACT

This work presents the guidelines related to the institutional policy of the main alliance of black movements in Brazil: the Coalition of Black Movements. In order to understand some of the origins and impacts of these demands, the insertion of blacks in the Ministries of the Brazilian Federal Government since redemocratization until the present day was verified. The purpose of this text is to problematize the shortage of blacks in ministerial positions in the Executive Branch, since the re-democratization of Brazil. It starts from the hypothesis that there is a strategic orientation of ministerial positions, relegating to non-white subjects “low” positions and with “low” resources. The qualitative research carried out a documentary analysis of interviews given to the electronic media by one of the members of the Coalition of Black Movements. There was also a verification through studies on the subject and information made available electronically by the Brazilian Federal Government, the profile of Ministers, paying attention to the presence of blacks. The data help to understand the demands of the black movements in Brazil, as well as the repercussions of their struggles, for the inclusion of black people in spaces of power.

Keywords: Redemocratization, Anti-racism, Ministries, Social movements, Political parties.

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FGV-CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PSL – Partido Social Liberal

PL – Partido Liberal

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PV – Partido Verde

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

FIFA – Federação Internacional de Futebol

PR – Partido da República

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

EC - Emenda Constitucional

UNEAFRO-BRASIL – União de Núcleos de Educação Popular Pré-Vestibulares e ENEM para a Juventude Negra, Indígena e Periférica

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

LGBTQIA+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e o + é uma forma de reconhecer todas as outras identidades e orientações que não estão explicitamente representadas nas letras anteriores

REDE – Rede Sustentabilidade

UNIÃO – União Brasil

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	8
1. A PRESENÇA DE NEGROS/AS NOS MINISTÉRIOS.	13
2. MINISTROS E PARTIDOS POLÍTICOS	21
3. DEMANDAS DA COALIZÃO EM RELAÇÃO À POLÍTICA INSTITUCIONAL	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, 43% da população brasileira se autodeclara branca, enquanto 56,1% da população se autodeclara preta e parda. Logo, a maior parte da população brasileira é negra, embora não seja visível essa maioria na política institucional, as quais são importantes instâncias decisórias.

Embora os estudos sobre a presença de negros/as na política institucional sejam incipientes, análises como a de Sacchet (2012), D' Araujo (2013), Palotti e Cavalcante (2018, 2019) e D'Araujo e Petek (2018) mostram que a presença de negros/as em cargos do alto escalão do Governo Federal é proporcionalmente menor que as de pessoas brancas, ainda que desde a redemocratização seja possível verificar algum avanço de negros/as na ocupação de cargos institucionais.

Contribuindo com esse campo, o presente trabalho aborda a presença de negros/as no primeiro escalão dos Ministérios do poder Executivo Federal desde a redemocratização do Brasil – de 1985 até os dias atuais (2023). E as demandas da luta antirracista relacionadas a uma perspectiva política institucional, conforme um dos integrantes da Coalização Negra por Direitos. A esse respeito, trabalhos no campo apontam que houve um pequeno progresso em relação a participação de pessoas negras nos lugares de poder, quando se trata desse segmento nos Ministérios (D' ARAUJO, 2013). O aumento da representatividade de pessoas negras nesses meios é um progresso importante para que as decisões na arena política passem a integrar as populações mais vulneráveis às opressões sociais, e isso, conforme demonstra a pesquisadora Teresa Sacchet (2012) só é possível se esses locais de poder proporcionarem mais inclusão.

Nesse sentido, a Coalização Negra por Direitos tem o papel de fomentar a ocupação de negros/as nos espaços institucionais, ao proporcionar aos integrantes do movimento negro um meio para serem ouvidos pelas instituições democráticas. Essa aliança nacional se constitui como um espaço para trocas de ideias das principais entidades do segmento e de convergência das lutas e estratégias para o avanço da luta antirracista no Brasil. Formada no final de 2019 após o 1º Encontro Internacional da Coalizão Negra por Direitos (SOUZA; PAIXÃO, 2019). Essa Frente é composta por 250 entidades e grupos associados que defendem uma agenda bem diversificada, com ações no campo da educação, cultura, território, política (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2022). A Coalizão combate o ódio religioso, o racismo, a lesbofobia, a transfobia, o genocídio da população negra, as violações do direito de culto e crença nas religiões de matriz africana, as assimetrias e desigualdades raciais, promovendo o

fortalecimento da identidade racial de negras e negros nos bairros, periferias, escolas, universidades e presídios (LIMA, 2021).

Apesar da Coalizão ser uma aliança recente dos movimentos negros, a luta antirracista no Brasil não é. A luta dos negros por melhores condições de vida e pelo respeito aos direitos fundamentais do ser humano remontam à própria vinda de negros como escravos ao Brasil (CONCEIÇÃO, 2019). Nesse campo, embora a sociedade brasileira tenha surgido das relações de escravidão e desigualdades sociais estabelecidas desde aquela época, há anos os movimentos denunciam e desmistificam a ideia de democracia racial. Conforme o mito da democracia racial, negros e brancos conviveriam harmoniosamente. Logo, a forma do racismo brasileiro não seria tão evidente como nos Estados Unidos e o apartheid da África do Sul. Entretanto, seria “eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país” (NASCIMENTO, 1978). Essa ideia serviu para a manutenção das desigualdades raciais e sociais no Brasil. Para combater essa inversão de significados, os movimentos negros têm mostrado por meio de dados estatísticos e indicadores sociais as desigualdades raciais nas mais diversas áreas da sociedade (PAIXÃO; CARVANO, 2008).

Neste texto será usado o conceito de negro, conforme é definido pelo Estatuto da Igualdade Racial, a saber, como “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (BRASIL, 2015, p. 3). Nesse sentido, não será analisado a presença de indígenas nos Ministérios, embora considere-se que seja um ponto importante. Também não será debatido a questão do colorismo - que reforça o fato de que pessoas negras sofrem mais preconceitos do que pessoas pardas.

Somente nas últimas décadas os censos têm demonstrado um aumento do reconhecimento de parte da população como pessoa negra. Conforme o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2022, o qual demonstra que houve um crescimento de 32,4% da população negra quando comparado ao ano de 2012. Tal fato deriva, entre outros fatores, da atuação dos movimentos negros que incidem de forma pedagógica para trazer o debate étnico-racial para a esfera pública (GOMES, 2020).

Com esse compromisso a Coalizão Negra por Direitos assume um papel educador e de conscientização da sociedade, possibilitando novas práticas que alterem o quadro das relações raciais no Brasil (GOMES, 2017; LIMA, 2018). Nesse sentido, a proposta da Coalizão Negra por Direitos é lutar pelo reconhecimento social de grupos minoritários e pelo estabelecimento de uma ação estatal que combata o racismo, favoreça a equidade e permita a coexistência entre

populações de origens culturais e étnicas diferentes (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2022).

Em termos gerais, Pereira e Pereira (2021) esclarecem que ao longo das primeiras décadas do século XXI, as demandas dos movimentos negros giraram em torno de temas centrais para o grupo, como: a inclusão do debate identitário como mecanismo de luta política; a ocupação mais expressiva do espaço político institucional; o protagonismo da mulher negra; o questionamento do pensamento da branquitude; o debate sobre a necropolítica; o embate no campo universitário, tanto para a construção do saber antirracista, quanto para efetivação das políticas afirmativas; além de uma maior interligação com os movimentos étnico-raciais transnacionais.

Dentre esses temas mais comuns na atuação recente do movimento negro, o foco deste trabalho é a perspectiva de ocupação de cargos na política institucional brasileira. Para explicar a baixa presença dos negros/as na política institucional ou ainda o breve avanço nesse sentido nos últimos anos, o presente trabalho adota como perspectiva teórica os estudos que versam sobre o racismo e a luta dos movimentos negros. Conforme um dos principais pensadores sobre o racismo no Brasil, Oracy Nogueira (1988), se compreendermos como o racismo atua, será mais fácil conscientizar a sociedade e, assim, encontrar maneiras mais adequadas e eficazes para combatê-lo.

É possível observar um progresso tímido da presença de pessoas negras na política institucional brasileira, o que possibilitou uma participação mais ativa nesses locais. Entretanto, o que se verifica através da pesquisa é que há um certo direcionamento das pessoas negras para determinados Ministérios. Dessa maneira, para contribuir com o conhecimento sobre esse campo, está pesquisa parte da seguinte questão: qual o motivo de pessoas negras não ocuparem cargos ministeriais considerados estratégicos e/ou com mais recursos no alto escalão do poder Executivo Federal?

Para a busca de respostas a esse questionamento, a pesquisa parte-se da hipótese de que haja um direcionamento estratégico dos cargos ministeriais, relegando aos sujeitos negros cargos do “baixo” escalão e com “baixos” recursos.

A partir deste trabalho é possível observar que ministros negros foram predominantemente nomeados para ministérios relacionados a Esportes, Meio Ambiente, Cultura e Direitos Humanos. Conforme os estudos de Zucco, Power e Batista (2019) demonstram que esses ministérios são considerados menos cobiçados pelos políticos devido a fatores como orçamentos menores, menos influência sobre políticas públicas e menos oportunidades de clientelismo político.

Para tanto a pesquisa aborda primeiramente a ascensão de negras/os nos espaços de poder. Especificamente, foi examinado a inserção de negros/as no primeiro escalão dos Ministérios do poder Executivo Federal, desde a redemocratização do Brasil (meados de 1985) até os dias atuais (2023). Para verificar quem foram os Ministros e quem eram negros/as, primeiro realizou-se pesquisas pela heteroclassificação das fotos dos ocupantes dos cargos ministeriais, desde o governo Sarney em 1985 até o mandato de Michel Temer encerrado em 2018. Também foi feita uma identificação dos partidos que compuseram e compõe os Ministérios dos governos do Executivo Federal desde a redemocratização de 1985 até os dias atuais (2023). Como critério, foi utilizado as indicações para a equipe ministerial do primeiro escalão, referente ao início do mandato de cada Presidente da República, tanto a questão dos partidos como a inserção de pessoas negras nessas instituições, os quais são entidades que interferem significativamente na formação dos Ministérios. Para as nomeações mais antigas, recorreu-se aos acervos eletrônicos da Biblioteca Presidência da República, do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV-CPDOC) e de sites jornalísticos G1, Estadão e O Globo. Para dados mais recentes (governo Bolsonaro de 2019 a 2023 e o recente governo Lula, iniciado em 2023) foi acessado informações oficiais disponibilizadas nos sítios eletrônicos do Governo Federal. Para delimitar os Ministros negros considerados foi utilizada a autodeclaração racial que os atuais e ex-Ministros apresentaram publicamente em seus perfis eleitorais e sociais.

Foi realizado também um mapeamento do ponto de vista do gênero, a presença de negros/as nos cargos ministeriais, foi feita uma identificação do gênero dessas pessoas. Essa etapa de pesquisa teve o objetivo de desvelar a interseccionalidade, ou seja, o imbricamento das opressões relacionadas à raça e ao gênero.

Por fim, constatada a baixa inserção do negro na política institucional, passou-se para a compreensão das críticas e demandas em relação aos temas abordados pela união dos movimentos negros. Nessa tarefa escolheu-se sistematizar dados da Coalizão Negra por Direitos, devido ao fato da Coalizão ser a principal aliança nacional de movimentos negros brasileiro. Escolheu-se realizar uma análise documental verificando nas entrevistas realizadas por uma das lideranças da organização, quais eram as demandas relacionadas à política institucional brasileira. Os dados utilizados são de fontes secundárias, especificamente foi analisado entrevistas concedidas nos meios eletrônicos por um dos membros da Coalizão, Douglas Belchior. As entrevistas estavam disponíveis em sites e canais do Youtube. Na busca foi escolhido nos meios digitais somente as entrevistas dadas por Douglas Belchior, cofundador da Coalizão Negra por Direitos, e que abordavam os limites e as possibilidades para política institucional brasileira sob o olhar dos movimentos negros. Além disso, foi utilizado entrevistas

realizadas por Douglas Belchior porque nelas já tinha um material para as perguntas da pesquisa¹. Ao todo foram analisadas quatro entrevistas. Esse número foi determinado pela repetição das informações coletadas.

A escolha de analisar exclusivamente as entrevistas de Douglas Belchior no presente trabalho se fundamenta em sua relevância e representatividade dentro do movimento negro brasileiro e da Coalizão Negra por Direitos. Além de ser uma figura central na luta por justiça social e racial no Brasil, sendo um dos principais articuladores e porta-vozes das demandas da população negra em diversos âmbitos, incluindo o político e o educacional.

Além disso, as entrevistas do Douglas Belchior ofereceram uma perspectiva crítica e aprofundada sobre as políticas institucionais e os desafios enfrentados pela população negra na busca por maior representatividade e equidade. Suas falas são emblemáticas da visão e das propostas defendidas pela Coalizão Negra por Direitos, tornando suas entrevistas uma fonte valiosa e representativa para a análise das demandas da coalizão. Desse modo, a escolha por analisar apenas as entrevistas de Douglas Belchior visa assegurar uma análise focada e consistente, baseada em uma fonte que engloba com precisão as principais preocupações e estratégias do movimento negro contemporâneo no Brasil.

Esse trabalho pretende contribuir com os estudos sobre as demandas da luta antirracista relacionadas à política institucional. Os resultados da pesquisa permitem compreender como a política institucional exclui os negros e como a inserção de militantes da área podem aprimorar a limitação desse sistema.

O trabalho se divide em três seções, além das considerações finais. Na primeira, abordara a inserção dos negros no primeiro escalão dos cargos ministeriais do poder Executivo Federal após a redemocratização brasileira. Na segunda seção, traz um panorama dos ministros e os partidos na equipe ministerial dos governos após a redemocratização de 1985 até os dias atuais (2023), pois é importante verificar como se dar esse processo de formação dos Ministérios levando-se em conta, o sistema partidário nessa composição. E para isso, é necessário verificar como os partidos brasileiros se organizam para obtenção desses postos, além de analisar como os negros estão inseridos nesse sistema partidário na busca por esses cargos de linha de frente dos ministérios. Em seguida sistematiza-se as demandas da Coalizão Negra por Direitos, através de um dos líderes e porta voz da Coalizão, em relação a pouca

¹ A primeira entrevista foi feita e divulgada no site Yahoo Notícias em 02/07/2020; a segunda também no site Brasil de Fato em 23/11/2021. Na terceira, Douglas Belchior foi entrevistado para o canal no Youtube, Opera Mundo em 02/03/2022. A quarta contou com a mesma liderança e foi disponibilizada também em um canal do YouTube, o Alma Preta, em 29/09/2022.

inserção dos negros na política institucional. Por último, seguem as considerações finais da pesquisa.

1. A PRESENÇA DE NEGROS/AS NOS MINISTÉRIOS

Para examinar a presença de negros/as em cargos do alto escalão no Governo Federal sistematizou-se os dados na Tabela 1, que apresenta quantos Ministros/as brancos/as e negros/as ocuparam o cargo de Ministro/a desde o período de redemocratização brasileira (meados de 1985) até as últimas eleições presidenciais (2023). O objetivo desta etapa de pesquisa foi mapear quais os governos tiveram menor ou maior receptividade à inclusão de pessoas negras nos seus Ministérios.

Tabela 1 – Relação de Ministros entre os governos Sarney e o terceiro mandato de Lula: intersecção raça e gênero.

Governos	Ministros(as) Brancos(as)	Ministros(as) negros(as)	Total de Ministros(as) negros/as e brancos(as)
José Sarney (PMDB) (1985-1990)	27 (M)*	-	27
Fernando Collor (PRN) (1990-1992)	12 (M) 2 (F)*	-	14
Itamar Franco (PRN-PMDB) (1992-1994)	28 (M)	-	28
FHC 1 (PSDB) (1995-1998)	25 (M) 1 (F)	1 (M)	27
FHC 2 (PSDB) (1999-2002)	33 (M) 2 (F)	-	35
Lula 1 (PT) (2003-2006)	30 (M) 2 (F)	1 (M) 2 (F)	35
Lula 2 (PT) (2007-2010)	30 (M) 3 (F)	2 (M) 2 (F)	37
Dilma 1 (PT) (2011-2014)	27 (M) 8 (F)	1 (M) 1 (F)	37
Dilma 2 (PT) (2015-2016)	32 (M) 5 (F)	1(M) 1 (F)	39
Michel Temer (MDB) (2016-2018)	23 (M)	-	23
Bolsonaro (PSL-PL) (2019-2022)	19 (M) 3 (F)	-	22
Lula 3 (PT) (2023)	20 (M) 6 (F)	6 (M) 4 (F)	36

Total	338	22	360
--------------	-----	----	-----

Fonte: Elaborado pelo autor

* (M) ministro homem; (F) ministra mulher

* O PMDB mudou o nome da legenda em 2017 para MDB.

* Bolsonaro permaneceu no PSL até novembro de 2019. Em novembro de 2021 se filiou ao PL.

* É 37 o total de Ministros/as no Governo Lula 2023. Sonia Guajajara (PSOL) está no Ministério dos Povos Indígenas.

A Tabela 1 mostra a presença majoritária de brancos/as ocupando cargos de Ministros/as, chegando a ser a totalidade dos Ministros/as nos governos Sarney, Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso 2, Temer e Bolsonaro. Esses governos foram os menos inclusivos nesse recorte temporal. Em todo o período estudado de um total de 360 Ministros/as, apenas 22 Ministros/as são negros/as, relativo ao momento do início de cada mandato.

Após o levantamento de todos/as os/as Ministros/as negros/as nas gestões passadas e na atual, procurou-se sistematizar a relação dos/as Ministros/as por Ministérios. Através desta etapa de pesquisa foi possível verificar que há uma divisão entre os Ministérios direcionados às pessoas brancas e Ministérios vinculados às pessoas negras. Mostrando essa tendência, o Quadro 1 apresenta quais os Ministérios têm maior predisposição a serem ocupados por pessoas negras.

Quadro 1 - Ministros/as negros/as e Ministérios no início do Governo

Governos	Ministérios	Ministros/as
FHC 1 PSDB (1995-1998)	Esporte	Edson Arantes do Nascimento (Pelé) (Sem Partido)
Lula 1 PT (2003-2006)	Meio Ambiente	Marina Silva (PT)
	Assistência e Promoção Social	Benedita da Silva (PT)
	Cultura	Gilberto Gil (Sem Partido)
Lula 2 PT (2007-2010)	Esporte	Orlando Silva (PCdoB)
	Igualdade Racial	Matilde Ribeiro (PT)
	Cultura	Gilberto Gil (Sem Partido)
	Meio Ambiente	Marina Silva (PT-PV) *
Dilma 1 PT (2011-2014)	Igualdade Racial	Luiza Bairros (PT)
	Esporte	Orlando Silva (PCdoB)
Dilma 2 PT (2015-2016)	Igualdade Racial	Nilma Lino Gomes (Sem Partido)
	Esporte	George Hilton (PRB)

Lula 3 PT (2023)	Direitos Humanos e da Cidadania	Silvio Almeida (Sem Partido)
	Comunicações	Juscelino Filho (União)
	Meio Ambiente	Marina Silva (Rede)
	Casa Civil	Rui Costa (PT)
	Previdência Social	Carlos Lupi (PDT)
	Igualdade Racial	Anielle Franco (PT)
	Ciência, Tecnologia e Inovação	Luciana Santos (PCdoB)
	Cultura	Margareth Menezes (Sem Partido)
	Justiça e Segurança Pública	Flávio Dino (PSB)
	Integração e Desenvolvimento Regional	Waldez Góes (União)

Fonte: Elaborado pelo autor

*Marina Silva se desfilou do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2008. E se filiou ao Partido Verde (PV) em 2009.

Conforme o Quadro 1, os Ministérios destinados às pessoas negras são majoritariamente nas áreas de Esporte, Meio Ambiente, Cultura e Direitos Humanos. Dentre os chamados Ministérios de primeiro escalão, tendo em vista os recursos e influência política em outras pastas, temos apenas no governo Lula 3 a presença de Ministros/as negros/as a frente de tais pastas, a saber: Casa Civil; Justiça; Ciência, Tecnologia e Inovação; Integração e Desenvolvimento Regional e Previdência Social.

Esse dado dialoga com os estudos de Zucco, Power e Batista (2019) que mostram que os Ministérios mais visados pelos políticos brasileiros são: Casa Civil; Educação; Minas e Energia; Saúde; Cidades e Planejamento. Em contrapartida, os menos almejados são: Igualdade Racial; Política para Mulheres; Esportes; Turismo; Cultura e Direitos Humanos. Dessa forma, através desse estudo pode-se verificar um desequilíbrio nas escolhas dos ministérios relacionado as vantagens que estes podem desempenhar para os partidos políticos, entre alguns desses benefícios estão – maior orçamento; capacidade de orientar políticas públicas; aumento de visibilidade; número de cargos no segundo escalão para empregar apoiadores políticos; capacidade regulatória em contratos e concessões – além da questão de organizar políticas públicas; maior proximidade com o chefe do governo federal e aptidões para modelar o panorama eleitoral (ZUCCO; POWER; BATISTA, 2019). Na prática, isso mostra um tipo de racismo que aparentemente não é notado, que é a presença de pessoas negras nos espaços de poder, mas não nos espaços mais centrais.

Mais detalhadamente, conforme os dados da Tabela 1, não houve negros/as no Governo Sarney, Collor, Itamar e no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. No início do governo Fernando Henrique Cardoso 1, apenas um Ministério foi ocupado por uma pessoa negra, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), o qual não era filiado a nenhum partido e, que

assumiu o Ministério dos Esportes. Porém, em 1998 Pelé renunciou ao cargo e, após sua demissão, o Ministério foi extinto (ANDRADE, 2022).

Os governos à direita, em especial os mandatos de Fernando Henrique Cardoso tenderam a compor seu corpo ministerial com indivíduos de perfil mais tecnocrata. Palotti e Cavalcante (2018) destacam como esses mandatos deram pouco ou nenhum espaço a lideranças de movimentos sociais. A indicação de Pelé pode ser compreendida mais em relação a sua posição midiática como símbolo do futebol nacional do que como demanda dos movimentos negros.

A presença de negros/as nos Ministérios cresceu de forma tímida, apresentando algum aumento apenas durante os governos do PT. No início do governo Lula, em seu primeiro mandato, dos 35 Ministérios, 3 foram ocupados por pessoas negras: Benedita Silva no Ministério da Assistência e Promoção Social, Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente e Gilberto Gil no Ministério da Cultura (O GLOBO, 2023).

No segundo mandato de Lula, dos 37 Ministérios, foram contabilizados a presença de quatro Ministros/as negros/as: Orlando Silva no Ministério dos Esportes, Gilberto Gil no Ministério da Cultura, Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente e Matilde Ribeiro no Ministério da Igualdade. Em particular, a Ministra Matilde Ribeiro, que assumiu a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), foi derrubada do cargo em 2008 por usar irregularmente o cartão corporativo (SCOLESE; CRUZ, 2008). Outro Ministro negro foi Orlando Silva que assumiu o Ministério dos Esportes em 2006, sendo posteriormente acusado de ser o chefe do esquema de desvio de dinheiro do Programa Segundo Tempo, no âmbito daquele Ministério (AFROPRESS, 2011).

No início do primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, duas pessoas negras ocuparam os Ministérios: Luiza Bairros no Ministério da Igualdade Racial e Orlando Silva que foi mantido no Ministério dos Esportes. Este último assumiu o Ministério com o objetivo de assegurar uma rede de infraestrutura para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão 2016. Na época, o Ministério dos Esportes se tornou muito visado, com diversas críticas à construção dos estádios, já que os gastos que envolveram essas construções foram superiores aos gastos com a educação e a saúde. E ao longo do primeiro governo da ex-presidenta, mais duas pessoas negras ocuparam ministérios, foram eles: Paulo Sérgio Oliveira Passos (PR) no Ministério dos Transportes e José Henrique Paim (Sem Partido) no Ministério da Educação.

Já no segundo mandato da Dilma, houve a manutenção da quantidade desse segmento no começo do seu governo, o qual contou com duas pessoas negras nos Ministérios, foram:

Nilma Lino Gomes, no Ministério da Igualdade Racial e George Hilton, no Ministério do Esporte. No entanto, ao longo do seu governo não houve a inserção dessas pessoas em outros Ministérios. Tal cenário da pouca representação de pessoas negras nos Ministérios se intensificou com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016, evidenciando que apesar do espaço conquistado dentro de governos progressistas, a luta antirracista se constitui numa arena de constante disputa e que demanda constante vigilância dos movimentos negros (GOMES, 2020).

De modo geral, nos governos petista tivemos uma maior presença de negros/as, totalizando 11 Ministros/as ao longo dos quatro mandatos, relativo ao início dos governos. O Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto único partido de massa e com ligação aos movimentos sociais brasileiros, proporcionou uma maior incorporação de pessoas negras em cargos de poder no Governo Federal. Essa ação de inclusão morosa, mas progressiva, é paralisado pelo fim do governo Dilma diante de um processo de impeachment que coloca no poder um governo com compromissos mais conservadores e neoliberais (SOUZA, 2021). As considerações de Souza (2021) indicam que uma das causas que levaram a saída de Dilma do poder foi justamente as políticas sociais implementadas pelo Partido dos Trabalhadores que, institucionalizando pautas dos movimentos negros, passa a incomodar uma elite que ainda carrega a ideologia do escravismo que constituiu o país.

O governo do ex-presidente Michel Temer não contou com nenhuma mulher ou negro/a em sua equipe ministerial, no início do seu mandato (MACEDO; ROXO, 2016). No governo do ex-presidente Temer a presença de pessoas negras em cargos ministeriais foi a menor, desde que o Partido dos Trabalhadores chegou à chefia do Executivo Federal. No período do seu mandato, houve apenas uma negra ocupando o alto escalão, foi a Luislinda Valois (PSDB) no Ministério dos Direitos Humanos. Essa queda acentuada da participação desse grupo, acaba demonstrando os estigmas raciais ainda não superados na sociedade e que adentra as instituições brasileira.

Essa conjuntura fica ainda mais nítida com a candidatura de Bolsonaro a Presidente da República em 2018 que, mesmo quando ainda era deputado federal já demonstrava um discurso preconceituoso. Em 2017, o então parlamentar, falou em uma palestra que, “fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais” (SILVA, 2020, n.p.). A eleição de Jair Bolsonaro para presidente em 2018, operou sob um programa de governo altamente conservador e que dava sinais de práticas e pensamentos racistas desde o início da sua candidatura, como pode ser analisado nas declarações do então candidato Bolsonaro contra as diversas minorias, além de "atos falhos" no

qual exibiu expresso racismo (EL PAÍS, 2018). Exemplo disso é que em 2020, ele citou o peso em arrobas para se referir ao deputado federal Hélio Lopes (PL-RJ), que também era um dos aliados mais próximos no Congresso. Bolsonaro chegou a comentar também que o parlamentar havia dado uma “queimadinha”, o qual é negro (BRANT; MACHADO, 2022). No começo do seu mandato, em uma entrevista a uma programa de televisão, chegou a dizer que o “racismo, no Brasil, é coisa rara” (BRANT; MACHADO, 2022).

Dessa forma, assim como no governo Temer e, de modo mais acentuado, negros/as tiveram pouquíssima visibilidade no governo Bolsonaro. Mesmo aqueles que foram nomeados acabaram por defender pautas no sentido contrário do que os movimentos negros abordam, como pode ser verificado na atuação de Sérgio Camargo à frente da Fundação Palmares. Camargo, mesmo enquanto homem preto, chegou a dá declarações que atenuava a existência de racismo no Brasil (TV Globo; GloboNews, 2019) e se posicionou favorável ao fim dos movimentos negros no país. O então presidente da Fundação se referiu a este como uma “escória maldita” e um “conjunto de escravos ideológicos de esquerda” (O Globo, 2021).

Como prova desse comportamento racista, conforme sistematizado na Tabela 1, a equipe ministerial do governo Bolsonaro, no início do seu mandato, é formada somente por indivíduos que se autodeclararam brancos, totalizando 22 ministros. Ao longo do seu governo, teve apenas uma pessoa negra indicada para assumir um cargo no primeiro escalão, foi Carlos Decotelli no Ministério da Educação, no ano de 2020. No entanto, a nomeação de Decotelli se deu em meio a uma intensa troca de Ministros da Educação sob acusações de ingerência e abusos. Caberia assim, a Decotelli melhorar a imagem do governo perante a crise ministerial instalada na pasta da educação. Todavia, antes mesmo de tomar posse ele foi afastado por colocar informações falsas no currículo apresentado, não possuindo de fato as titulações que anunciava (PIRES, 2020). O referido ministro ao comentar sobre a sua rápida passagem pelo cargo, declarou que estaria sendo vítima de dois componentes – racismo e perseguição ideológica (SENRA, 2020).

Enquanto Bolsonaro possuía uma narrativa contrária aos movimentos sociais, na candidatura de Lula em 2022 ficou evidente a imensa participação desses movimentos na promoção de sua eleição (OHANA, 2022). Ao menos oito movimentos sociais, como o Movimento Camponês Popular e o Movimento dos Atingidos por Barragem convocaram uma ampla mobilização para que Lula ganhasse as eleições ainda no 1º turno. A esse respeito, a aliança de movimentos negros - Coalização Negra por Direitos - também se manifestou e emitiu um manifesto em seu site oficial em apoio à candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 2022 (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2022).

No que concerne, a mobilização para a chegada de Lula ao poder ocorreu não apenas como apoio orgânico dos movimentos negros, pois levando-se em conta o contexto em que foram combatidos no governo anterior, se viram na intenção de arrumar maneiras de combater o retrocesso das políticas públicas para população negra e do acesso desse segmento aos espaços de decisão. Dessa forma, os movimentos negros se viram na obrigação de encontrar meios para mudar esse panorama. As estratégias que encontraram consistiam em formar um amplo arco de aliança em torno da campanha do PT, o qual tinha o Lula concorrendo a presidência, mesmo que em outros momentos esses grupos estivessem em lados opostos, e de outro modo, houve também o lançamento de diversas candidaturas de pessoas negras (ABERS; TATAGIBA, 2022), o que gerou expectativas de que o governo Lula passasse a incluir as minorias em sua gestão.

Nesse sentido, um exemplo da atuação dos movimentos negros no lançamento de candidaturas de pessoas negras a cargos no Congresso Nacional, foi a iniciativa da Coalização Negra por Direitos que criou o projeto Quilombo no Parlamento, proposta essa criada em 2020 como forma de aumentar a presença negra no aparato estatal daquele ano. E em 2022, essa iniciativa ocorreu nas eleições gerais (MONCAU, 2022), também com uma forma de ampliar a representatividade da população negra no parlamento brasileiro. O projeto visou apoiar mais de 100 pré-candidaturas de pessoas que fazem parte dos movimentos negros e que concorreram a cargos tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembleias Legislativas, com o objetivo de aumentar a representatividade da população negra no Poder Legislativo e contribuir para a formulação de iniciativas antirracistas (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2022). Dessa forma, a Coalizão Negra por Direitos foi responsável por eleger oito deputados/as federais e dezoito deputados/as estaduais, como Benedita Silva (PT), Talíria Petrone (PSOL), Duda Salabert (PDT) e Erika Hilton (PSOL), esta última, será a primeira mulher negra trans a conquistar uma vaga no Congresso Nacional (MONCAU, 2022).

A chegada de Lula a chefia do executivo, pela terceira vez, foi significativo para os movimentos negros que passaram a defender a ocupação de cargos de peso no Governo Federal, como também a elaboração de políticas afirmativas para a população negra (ÉBOLI, 2022). Dessa forma, o cenário da pouca presença de pessoas negras em cargos no alto escalão dos Ministérios tem mudado. Com 37 Ministérios, 10 (27,2%) dos/as Ministros/as se autodeclararam como pessoas negras ou pardas. Quando comparado à gestão do Governo Bolsonaro, a eleição de Lula trouxe para o cenário 22,68% a mais de Ministros/as negros/as. Em termos proporcionais, o governo petista aumentou em 27% a representatividade das pessoas negras no

alto escalão do governo, enquanto na época da gestão Bolsonaro esse número era de apenas 4,3% (MENDES, 2023).

No entanto, ainda que no governo petista a representação de pessoas negras tenha crescido, não se pode dizer que a participação das pessoas negras no alto escalão do governo federal será uma constante nas próximas gestões. Apesar de percebido um aumento de negros/as no terceiro mandato do presidente Lula, esse número ainda é baixo quando considerado a participação de Ministros/as brancos/as nos cargos do governo. Afinal, dos 37 Ministérios do governo Lula, 26 deles são formados por pessoas brancas.

Com base nos dados é notória a presença de pessoas negras nos governos à esquerda quando comparados àqueles mais à direita. Estudos como os de Palotti e Cavalcante (2018, 2019) já apontavam essa tendência ao evidenciar o alto grau de politização dos Ministérios petistas. Nesse sentido, nos governos petista pode-se observar um esforço maior para atender às diversas demandas na divisão do poder, considerando desde a base partidária até a base popular e sociocultural.

Feito o levantamento dos/as Ministros/as pôr governo, buscou-se também mostrar os dados relacionados ao gênero desses/as Ministros/as nos governos que tiveram a participação de pessoas negras. Com esse fim, a presente pesquisa atentou para o intercruzamento das clivagens relacionadas a gênero e raça. Conforme a Tabela 1, dos/as 360 Ministros/as, 338 são pessoas brancas e 22 são pessoas negras. Das 22 pessoas que se autodeclararam negras, 12 são homens e 10 são mulheres.

Mesmo observando que ainda é baixa a participação feminina no alto escalão, é importante considerar a proporcionalidade da presença feminina e masculina negra. A nomeação de mulheres pretas para cargos ministeriais tem relação com a iniciativa dos governos do PT em aumentar a presença de mulheres em seus cargos, sob o influxo dos movimentos sociais feministas e negros. Das onze ministras escolhidas da gestão Lula em 2023, quatro delas são mulheres pretas, o que fez esse governo atingir um recorde quanto ao número tanto de mulheres brancas como de mulheres pretas para cargos ministeriais.

Quanto à presença de mulheres negras nos Ministérios, há um debate importante na academia sobre a interseccionalidade. Mesmo que os dados levantados tenham apontado um equilíbrio quanto ao número de homens e mulheres negras no alto escalão dos governos, não se pode desconsiderar que as mulheres negras estão sujeitas a diferentes meios de opressões que intercambiam entre gênero e raça (CRENSHAW, 2002).

Conforme Kimberlé Crenshaw (2002) a discriminação de gênero se amplia pela combinação com a discriminação racial e vice-versa. Dessa forma, gênero, raça, classe e outros

marcadores sociais não atuam isoladamente, mas são indissociáveis, dificultando ainda mais o acesso a direitos por parte das mulheres negras e pobres. Pode-se constatar esse dado ao avaliar que as mulheres que ocupam cargos ministeriais estão ligadas a pastas menos visadas pelos partidos como: cultura, igualdade racial, meio-ambiente e ciência e tecnologia. No terceiro governo Lula apenas dois Ministérios entre os mais disputados estão nas mãos de homens negros, sendo eles Casa Civil e Justiça e Segurança Pública.

Nota-se que, mesmo a presença de pessoas negras ter sido acentuada nas gestões do PT, considerado um partido progressista à frente do Governo Federal, é um desafio a inclusão e ascensão de pessoas negras aos cargos de poder. Tendo em vista o perfil da sociedade brasileira, o qual é uma população majoritariamente negra, a baixa presença de pessoas negras em posição de comando no governo expressa as condições e dificuldades estruturais que a sociedade inflige à pessoa negra no Brasil (CAMPOS; MACHADO, 2017).

2. MINISTROS E PARTIDOS POLÍTICOS

Após a redemocratização, o Brasil passou por várias transformações na quantidade de ministérios, o qual é determinado sempre pelo Presidente da República. Os ministros são sujeitos políticos centrais no desenvolvimento de ações de orientação, coordenação e supervisão dos órgãos, além de exercerem autoridade máxima na área específica sob sua jurisdição para diversas demandas do dia a dia. Esses atores também sancionam os atos assinados pelo chefe do executivo federal, os quais os ministros assinam como responsáveis também e expedem orientações para a implementação das leis, decretos e regulamentos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Nessa conjuntura, a construção dos gabinetes indica a permeabilidade de aspectos políticos e de informações técnicas na condução dos problemas a cargo dos ministérios.

A construção da equipe ministerial do governo é um dos principais atributos à disposição dos presidentes para gerar decisões legislativas benéficas e proporcionar o alcance de suas preferências no que refere à agenda de políticas públicas.

A formação de governos de coalizão ou presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 2018), tornou-se uma certa norma no país, desde a redemocratização. Isto ocorre, por causa da fragmentação do sistema partidário, o qual o presidente normalmente é eleito com uma bancada minoritária no Congresso Nacional. Sendo assim, para alcançar um apoio majoritário e ser possível aprovar uma agenda legislativa, o presidente se vê em uma posição de compor o governo com outros partidos que não é o seu (ABRANCHES, 2018). Essa estrutura da coalizão tem como suporte uma transação, o qual os partidos apoiam a agenda legislativa do presidente

no Congresso e a formalização do acordo se dá através da ocupação de algum cargo dos ministérios do Executivo Federal.

Nessa perspectiva, a população negra é sub-representada na política, como mostram os estudos sobre o tema. Investigando o perfil dos Ministros da Nova República, D'Araújo (2013) constata o quanto a distribuição dos ministérios, por partidos políticos ao longo dos governos, têm se constituído basicamente de homens brancos. A dificuldade é ainda maior para as mulheres negras. Por exemplo, ao estabelecer um perfil geral dos Ministros até o ano de 2018, Palotti e Cavalcante (2018) destacam que são em maioria homens brancos, com educação formal e idade entre 45 e 55 anos.

Nesse sentido faz-se necessário a consideração sobre o quanto marcadores como raça e gênero incidem sobre as desigualdades na política. Nesse debate cabe retomar os ensinamentos da norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002) e o conceito de interseccionalidade, entendido como a diferença dentro da diferença, já que a discriminação de gênero se amplia pela combinação com a discriminação racial e vice-versa.

Sendo assim, a ausência de representação que compõe a maior parte da população brasileira, nesse caso, pessoas negras e mulheres, acaba por violar normas básicas relacionadas à equidade social, o que traz um impacto direto na qualidade democrática do país (PHILLIPS, 1995; MANSBRIDGE, 1999; DOVI, 2002). Desse modo, segmentos que não dispõem de uma representação política em conformidade com a sua dimensão, dificilmente conseguiram colocar as pautas de seu interesse como prioritárias. Nesse campo de pesquisa, os estudos que tratam sobre o tema da representação política mostram que a apropriada representação oferece aos grupos historicamente segregados da política um significado social para a chamada habilidade de comandar (MANSBRIDGE, 1999).

O processo de exclusão da pessoa negra no Brasil é compreendido como um efeito da laboração da escravização. Junto a isto, a própria ciência social contribuiu com visões de mundo que mascaram o racismo sob o discurso de uma suposta democracia racial (CONCEIÇÃO, 2019). Somente com o avanço dos estudos raciais no país, os quais possibilitaram verificar a maneira como o racismo se desenvolveu, passando a ser melhor compreendido considerando a sua diferença em relação às manifestações do racismo em outros países de passado escravista (NOGUEIRA, 1988).

Nesse sentido, a luta das pessoas negras por inserção na política institucional se constitui em um campo no qual as dificuldades advindas do racismo se manifestam fortemente. Sacchet (2009) evidencia como as pessoas negras ocupam poucos espaços de poder na esfera política brasileira. Mesmo com o avanço das conquistas advindas dos movimentos negros em suas

diversas pautas de atuação, a política institucional ainda se constitui em um campo movediço para as pessoas negras, no qual as conquistas estão sempre na iminência da perda (GOMES, 2020).

Como mostram os estudos do campo, "assim como outros espaços de poder e prestígio, a representação política é uma esfera majoritariamente branca no Brasil" (CAMPOS; MACHADO, 2017, p. 125). Não apenas a maioria dos representantes políticos são brancos, como a própria divisão dos cargos que cabem às pessoas negras evidencia formas de racismo. Segundo estudo recente os cargos que as pessoas negras têm ocupado nos primeiros escalões do governo costumam ser associados à questão racial – cultura, igualdade racial, direitos humanos e esporte - ficando as pastas ligadas ao orçamento de fora das pessoas “não-brancas” de um modo geral (ZUCCO; POWER; BATISTA, 2019).

Para dar uma resposta ainda que limitada a esses problemas, houve uma reforma eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 2021 (Emenda Constitucional 111). A medida adotada pelo parlamento como forma de estimular a eleição de mulheres e negros/as para a Câmara dos Deputados, determinou que os votos direcionados às candidaturas de mulheres ou pessoas negras para o Congresso nas eleições ocorridas entre 2022 e 2030 serão computados em dobro quanto à distribuição dos fundos partidário e eleitoral. Por meio dessa medida, o recurso atribuído a candidatura de pessoas negras deve ser distribuído na mesma proporção do total de candidatos/as que se manifestaram pertencentes a esse grupo.

Diante da baixa presença de representantes da população negra na política brasileira, além dos projetos de lei na esfera política institucional tem se desenvolvido uma agenda de pesquisa que busca compreender os motivos da sub-representação dessa população (ARAÚJO, 2001; CAMPOS; MACHADO, 2015; BUENO; DUNNING, 2017). Parte dessa agenda está dedicada a compreender quais as nuances presentes no cenário brasileiro que afastam a população negra da política partidária (CAMPOS; MACHADO, 2015, 2017).

Uma das nuances exploradas em vários desses trabalhos é a ausência de políticos negros/as eleitos/as no Brasil. Por exemplo, Campos e Machado (2015), ao analisar os resultados das eleições municipais do Rio de Janeiro e São Paulo, constataram que não há uma significativa sub-representação racial entre os candidatos, e, sim, entre os políticos eleitos.

Não havendo uma sub-representação nessas candidaturas, existiria outra razão para que, candidatos/as negros/as obtenham uma quantidade menor de votos do que os/as candidatos/as brancos/as. A conclusão de Campos e Machado (2015) está ligada à maneira desproporcional das distribuições de recursos de campanha, disponível para os/as candidatos/as de diferentes raças. Outra explicação para a sub-representação política da população negra é o fato de que

os/as candidatos/as brancos/as têm mais acesso a recursos para usar nas campanhas, o qual estão atrelados tanto a recursos próprios como aos recursos provenientes de doações de campanha (BUENO; DUNNING, 2017). Logo, os partidos têm investido em nomes que consideram com maior potencial para chegar ao Parlamento brasileiro, o que na prática se traduz em homens brancos, de uma faixa etária mais avançada e com influência no meio político.

Nesse sentido, pode-se verificar a questão dos partidos políticos serem dominados por uma elite, o qual é composta majoritariamente de homens brancos (CAMPOS; MACHADO, 2015). Um exemplo disso, é o partido Novo que, nas eleições de 2018 foi o partido com a menor diversidade racial, aonde cerca de 85% dos candidatos se autodeclaravam brancos. O presidente do partido na época, Moisés Jardim, informou que, "a questão da raça para a gente não é relevante, não é uma prioridade. Entendemos que temos de selecionar (para serem candidatos do Novo) as pessoas mais qualificadas e que pensam como nós pensamos" (SCHREIBER, 2018, n.p.). Esse discurso demonstra a dificuldade enfrentada pelas pessoas negras em determinados partidos, e nesse caso, na ocupação de cargos de poder, dentre esses, está o de Ministro de Estado.

Desse modo, D'Araujo e Petek (2018) demonstram como as disputas pela composição dos Ministérios do Governo Federal demandam uma intensa pressão entre os grupos que atuaram para a eleição do mandatário. Algumas pastas tenderiam a ser mais fechadas para inserção de membros provenientes de movimentos sociais, tais como as ligadas à industrialização (D'ARAÚJO; PETEK, 2018).

No entanto, é necessário verificar também que, a construção dos ministérios envolve uma representatividade das forças políticas e sociais que barram a entrada desses atores políticos (PALOTTI; CAVALCANTE, 2018). Esse campo de forças é responsável por dar força aos governos e não necessariamente estão ligados às alianças no Congresso Nacional e à implementação de políticas públicas (D'ARAÚJO, 2013). Por isso aspectos regionais, étnicos e religiosos, grupos de pressão e interesses de movimentos sociais também são levados em conta na alta ou baixa ascensão de pessoas negras aos Ministérios (PALOTTI; CAVALCANTE, 2018).

Um exemplo desse jogo de influências na disputa por posições no Governo Federal foi o apoio dado pelos movimentos sociais, em especial pelos movimentos negros, à candidatura do presidente Lula nas eleições presidenciais de 2022. A mobilização desses movimentos aproximou os movimentos negros do campo institucional, já que com a chegada do presidente Lula ao Executivo Nacional os movimentos negros passaram a reivindicar dentro da arena política uma cota de 30% dos cargos ministeriais para pessoas afrodescendentes. A iniciativa

desses movimentos tem visado aumentar a representação de pessoas negras nos cargos do alto escalão do Governo Federal e em postos com mais recursos, além daquelas que são comumente direcionadas às pessoas desse segmento – Igualdade Racial e Cultura (ÉBOLI, 2022).

Como demonstrado por Belchior, a constituição das dinâmicas partidárias é um desafio ainda maior para a pessoa negra que tende a ser preterida das posições de poder (ALVARENGA, 2022). Assim, ao longo da campanha e após confirmada a vitória de Lula muito se conjecturou sobre como as minorias seriam incluídas. A equipe de transição majoritariamente branca, como noticiou o Uol (ALVES, 2022), já parecia dar sinais da problemática que Belchior anunciava no campo progressista: uma retórica antirracista, mas uma incapacidade de ceder espaço de poder as pessoas negras.

Dessa forma, na busca pelo reconhecimento, identidade, promoção social e ascensão ao poder, os movimentos negros, se organizam para contestar contra a ordem até então estabelecida e, a partir desse momento traçar um novo patamar nas relações raciais na sociedade brasileira.

O debate sobre o Poder Executivo vem se transformando a cada dia em um assunto complexo. A quantidade de ministérios e partidos que compõem o governo cresce a cada nova gestão e as coalizões passam a incluir partidos cada vez mais distantes ideologicamente.

Nesse cenário, com a intenção de observar melhor como se dá a posição de pessoas negras no primeiro escalão do atual governo Lula, dispõe-se no Quadro 2 os ministros que se autodeclararam negros/as e ocupam posição nos Ministérios, destacando também os partidos políticos que cada um está filiado e, por último sua vinculação com movimentos e lutas antirracistas.

Quadro 2 - Pessoas negras em cargos ministeriais em 2023 no início do Governo

Ministros (as)	Ministérios	Partidos	Envolvimento em lutas/movimentos sociais
Anielle Franco	Igualdade Racial	PT	Ativista da causa antirracista, com mestrado em relações étnico-raciais
Luciana Santos	Ciência e Tecnologia	PCdoB	Histórico mais ligado ao movimento estudantil
Margareth Menezes	Cultura	Sem Partido	Ativista da causa antirracista, trabalho através da arte.
Marina Silva	Meio Ambiente	Rede	Histórico mais ligado à causa ambiental
Silvio Almeida	Direitos Humanos e da Cidadania	Sem partido	Ativista da causa antirracista, defesa dos direitos humanos, produção acadêmica sobre racismo estrutural

Flávio Dino	Justiça e Segurança Pública	PSB	Histórico de envolvimento social a partir de partidos políticos
Juscelino Filho	Comunicações	União	Mudou autodeclaração para pardo na última eleição Formado em medicina. Sem histórico em lutas sociais
Rui Costa	Casa Civil	PT	Histórico ligado a luta sindical
Carlos Lupi	Previdência Social	PDT	Histórico de envolvimento social a partir de partidos políticos
Waldez Góes	Integração e Desenvolvimento Regional	União	Histórico de envolvimento social a partir de partidos políticos

Fonte: Elaborado pelo autor

O Quadro 2 mostra a presença de pessoas negras ocupando o atual primeiro escalão dos ministérios do Governo Federal. O quadro traz, além da descrição do cargo que os indivíduos ocupam, um panorama de como a trajetória dos Ministros/as negros/as ligam a lutas sociais, em especial à causa antirracista. Nesse sentido, pode-se observar que nem todos os Ministros/as possuem uma trajetória política intimamente ligada aos movimentos negros, ou as pautas antirracistas. A maioria dos Ministros/as, sete deles, possui mais conexão com movimentos sindicais; a militância partidária, ou mesmo nenhuma ligação com lutas sociais.

A partir desse panorama, no Quadro 2 é possível observar inicialmente que o perfil da sociedade brasileira, mesmo em um governo progressista, não se expressa diretamente nos postos de poder ocupados. Dentre os 37 Ministérios do atual governo, somente os 10 mencionados no quadro estão sob o comando de pessoas que se autodeclararam negras. Esse dado aponta para a baixa representatividade de negros/as na política, já que conforme o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2022, 43% da população brasileira se autodeclara branca, enquanto 56,1% da população se autodeclara preta e parda, o que aponta para um crescimento de 32,4% da população negra, quando comparado ao ano de 2012.

Todavia, mesmo esse dado pode ser problematizado na medida em que alguns políticos na última eleição modificaram sua autodeclaração de branco para pardo, como é o caso do atual Ministro das comunicações Juscelino Filho. O Ministro havia se declarado branco à Justiça Eleitoral para concorrer ao cargo de deputado federal em 2014 e 2018, no entanto, em 2022 se declarou pardo. Essa troca de raça tem relação com a medida adotada pelo parlamento brasileiro que passou a atribuir o dobro de votos a candidatos pretos na divisão dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (LORRAN, 2023). A medida

foi instituída pela Emenda Constitucional (EC) n. 111/2021, visando conferir um peso distinto aos votos direcionado a mulheres e negros.

Por conta disso e de outros fatores, nas eleições de 2022, a Justiça Eleitoral registrou o um crescimento significativo de candidaturas de pessoas negras. Boa parte dessa ampliação se deve a troca de raça no registro, o que pode parecer uma maneira de se alcançar vantagens oriundas das políticas afirmativas para negros/as, que são exigidas aos partidos (PAIVA; GUIMARÃES, 2022).

No entanto, essa mobilização não basta para ter uma presença de negros, ou seja, os movimentos sociais esperam que a atuação desses políticos seja em prol da causa antirracista. Por exemplo, o Partido Social Liberal - PSL elegeu um número significativo de pessoas negras nas eleições de 2018. No entanto, para Adriana Moreira, membro da Coalizão Negra por Direitos e Uneafro Brasil essas “candidaturas foram construídas numa pauta antinegitude, porque elas são investidas de uma ideia de que o Brasil não é racista” (OLIVEIRA, 2021, n.p). Na prática, para o movimento negro a ascensão de candidaturas de pessoas negras na política não é o bastante para que os direitos da população negra sejam efetivados, é preciso também que essas pessoas sejam ligadas aos movimentos negros e que proponham projetos que atendam as demandas dessa população.

Analisando especificamente o perfil dos Ministros negros da atual gestão Lula, somente três possuem um histórico de movimento social ligado essencialmente a questão racial, sendo eles Anielle Franco, Silvio Almeida e Margareth Menezes. Além disso, um dado que desponta é que esses Ministros são também aqueles fenotipicamente mais retintos dentre os demais, não utilizando a categoria pardo para se autodeclararem.

Observando o Quadro 2 verifica-se que, os Ministros possuem um histórico de militância social que perpassa principalmente a sua inserção em alguma legenda partidária à esquerda (PT, PSB, PCdoB, PDT, REDE). O único Ministro autodeclarado pardo que não possui um histórico de militância é Juscelino Filho, atualmente filiado ao União Brasil, partido pertencente ao espectro da direita brasileira. Inclusive, este último tendo mudado sua declaração de branco para pardo apenas na última eleição. Sendo assim, percebe-se uma predominância dos partidos de esquerda, com cinco partidos, enquanto dois ministros estão filiados a um partido de direita.

Os resultados da seção demonstram a pouca inclusão de pessoas negras na política institucional. Levando em consideração também a questão do sistema partidário brasileiro, ao que se refere à relação de poder e o acesso desse segmento a cargos mais altos, através dessa instituição. Onde os negros enfrentam muitas dificuldades, tanto na organização e na

distribuição do poder interno dos partidos políticos, o qual ainda é concentrado em uma elite branca e composta majoritariamente por homens. Passa-se então a entender o posicionamento de um líder do movimento negro sobre esse problema.

3. DEMANDAS DA COALIZÃO EM RELAÇÃO À POLÍTICA INSTITUCIONAL

Para entender o conteúdo das entrevistas em relação às demandas de movimentos negros para a política institucional é necessário entender qual é o perfil de Douglas Belchior, já que foram analisadas as entrevistas concedidas por ele.

Douglas Belchior é professor de História formado pela PUC/SP e atua desde a juventude em defesa da educação e dos direitos da população negra e trabalhadora. É cofundador do movimento pela educação popular e de combate ao racismo Uneafro-Brasil. É cofundador da Coalizão Negra por Direitos e um dos principais articuladores dessa organização. O ativista possui uma longa trajetória de luta política, tanto nos movimentos negros, como em partidos políticos no campo da esquerda. Foi filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) durante muito tempo, depois se filiou ao Partido Socialista e Liberdade (PSOL), desfilando-se em 2021. Em 2022 se filiou ao PT novamente, se candidatando a deputado federal, no entanto, não foi eleito.

Durante a sua atuação no campo político, Douglas Belchior fez diversas denúncias em relação ao pouco espaço dado às pessoas negras nos partidos políticos. Ainda em 2018, quando era filiado ao PSOL, o ativista disse que o partido é racista e que “há um histórico de desrespeito desse partido com a construção do movimento negro em São Paulo” e que “o partido reproduz racismo ao não fortalecer de maneira igualitária as candidaturas negras” (ADORNO, 2018, n.p). A esse respeito, Belchior publicou em sua rede social um pedido de esclarecimento ao partido solicitando informações sobre como o partido faria a distribuição dos recursos aos candidatos nas eleições de 2018 (ADORNO, 2018). Em 30 de setembro de 2021, o ativista emitiu uma nota de saída do partido alegando que a decisão de saída do partido se deu pelas denúncias da posição racista da direção nacional do partido, direções do estado de São Paulo, com também de movimentos internos que ocorrem dentro do partido.

Os argumentos mais presentes nas entrevistas do membro do movimento social negro analisado dizem respeito à necessidade da entrada de negros na política. Belchior considera que há um apagamento da representatividade da população negra na política nacional, principalmente na estrutura da esquerda brasileira: os partidos ainda não reconhecem que o racismo estrutura as relações de desigualdade e que isso prejudica a política brasileira (BERNARDES, 2021). E mesmo quando há esse reconhecimento não há ações direcionadas para incluir os negros nas principais decisões políticas.

Conforme Belchior, os partidos são o principal empecilho à representação negra nos espaços de poder:

Os partidos decidem antes das eleições, na sua dinâmica interna, qual candidato vai ter mais visibilidade. O partido decide qual candidato vai ter mais recursos para sua campanha, quem vai aparecer mais na televisão, quem vai andar mais com os candidatos majoritários. Há uma definição prévia, ainda na atuação partidária, que todos eles reproduzem. (BERNARDES, 2021).

Isso são os resultados de séculos de racismo na sociedade brasileira, o qual possui um cunho sistêmico, pois o processo das condições de submissão e privilégios difundidos entre os grupos raciais se proliferam no âmbito político, econômico e nas convivências do dia a dia. Nesse campo, os estudos de Sacchet (2009) evidenciam que a baixa representação negra nos espaços de decisões tem relação com a força da herança histórica deixada pelo racismo no Brasil, o que influencia desfavoravelmente as candidaturas negras e femininas. Para a autora, é importante que os ambientes de decisão sejam mais inclusivos em razão do perfil dos candidatos/as eleitos/as e o conteúdo dos instrumentos políticos desenvolvidos (SACCHET, 2012). Dessa forma, conforme já foi apresentado, foi necessária uma reforma eleitoral para incluir a maior presença de mulheres e negros(as) no parlamento brasileiro.

Para dar uma resposta ainda que limitada a esses problemas, houve uma reforma eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 2021 (Emenda Constitucional 111). A medida adotada pelo parlamento como forma de estimular a eleição de mulheres e negros para a Câmara dos Deputados, determinou que os votos direcionados às candidaturas de mulheres ou pessoas negras para o Congresso nas eleições ocorridas entre 2022 e 2030 serão computados em dobro quanto à distribuição dos fundos partidário e eleitoral. Por meio dessa medida, o recurso atribuído a candidatura de pessoas negras deve ser distribuído na mesma proporção do total de candidatos que se manifestaram pertencentes a esse grupo (PODER360, 2022).

Para Belchior os partidos, mesmo sendo os de esquerda, reconhecem o tema racial, porém não abrem espaço na direção política, que ainda hoje é predominantemente branca; ou seja, não dão autonomia para intervenção política do movimento negro (TERRA, 2022). Em parte, podemos compreender essa dificuldade de inserção pela lógica elitista que perpassa a formação dos partidos brasileiros. Como argumentam Araújo e Perez (2021) em seus estudos sobre a rejeição da juventude aos partidos políticos, as estruturas partidárias se apresentam como espaços altamente hierarquizados nos quais aqueles que não possuem um perfil exigido acabam perdendo espaço.

Na entrevista de 2021, Belchior cita exemplos que ilustram a desqualificação da presença negra nos espaços de poder (BERNARDES, 2021). Um caso que exemplifica essa desqualificação das pessoas negras na política é a cassação do mandato do ex-vereador de Curitiba Renato Freitas (PT) por supostamente invadir a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, durante um protesto antirracista. Com 23 votos favoráveis, 7 contrários e 1 abstenção, o ex-vereador teve o seu mandato na Câmara de Curitiba cassado por quebra de decoro (FILIPPIN, 2022). Na ocasião, o Partido dos Trabalhadores emitiu uma nota afirmando que Renato Farias foi alvo de perseguição política de natureza racista (FILIPPIN, 2022).

Outro exemplo que mostra essa desqualificação é o caso da vereadora Paolla Miguel (PT) que foi vítima de manifestações racistas em sessão da Câmara de Campinas. A vereadora foi xingada de “preta lixo” pelo público presente durante o seu discurso sobre o racismo e a valorização da população negra (PACÍFICO; BRAMBILA, 2021). Naquela sessão houve inúmeras manifestações, a exemplo da contestação do “passaporte de vacinação”, o que fez com que o presidente do Legislativo, vereador Zé Carlos do partido Socialista Brasileiro (PSB) suspendesse a sessão previamente à votação dos demais projetos, como o “orçamento impositivo” (PACÍFICO; BRAMBILA, 2021, n.p) Os exemplos apontados pelo ativista, mostram a experiência cotidiana dos negros, os quais carregam um estigma de séculos de opressão.

Adentrando no debate sobre presença e reconhecimento, o ativista chama atenção de que não basta que os negros estejam incluídos na política, mas sim que aqueles incluídos na política defendam as pautas dos movimentos negros. Belchior explica que a representatividade apenas para que exista alguns lugares para pessoas negras, não necessariamente resolve o problema desse segmento, ou seja, precisa de representação negra no Congresso, mas elas precisam estar alinhadas politicamente ao que os movimentos negros defendem (ALVARENGA, 2022). Desse modo, é necessário eleger as lideranças desses movimentos, dada a importância da presença dos grupos mais sujeitos às opressões sociais nos espaços de decisão (PHILLIPS, 1995).

Mas para que o negro esteja presente e ciente das suas pautas é necessário antes o reconhecimento a respeito delas. Apesar de focar sua análise numa perspectiva psicanalítica, as considerações da pesquisadora Neusa Santos Souza (2021) nos permitem inferir sobre como as formas de dominação histórica sobre a pessoa negra incidiram em uma dificuldade de autorreconhecimento que impacta na sua esfera de representação política. Nesse sentido, não negro a partir do reconhecimento das estruturas que atuam sobre a pessoa negra no Brasil.

O negro deveria ser inserido na política por uma correção histórica, mas também porque são eles que têm a solução para o problema do racismo estrutural no Brasil. Para Belchior os movimentos negros têm que ser a direção política do campo popular e progressista (TERRA, 2022). Logo, o ativista defende a própria candidatura com o argumento de que a chegada de parlamentares negros no Congresso Nacional é um meio para que a população negra não seja mais governada unicamente por gestores brancos (TERRA, 2022). Um dos pontos mais interessantes é que Belchior explica que a eleição nunca foi um fim, mas um meio para fortalecer o movimento. Conforme Belchior:

A minha candidatura precisa, aqui em São Paulo, entregar esse mandato para o movimento porque diz respeito a um ciclo que a gente precisa concluir. A gente organiza um movimento há muitos anos. Eleição para nós nunca foi um fim, sempre foi um meio. A gente nunca fez movimento para disputar eleição. A gente sempre disputou eleição para fortalecer o movimento (TERRA, 2022).

Belchior evidencia assim que ocupar espaços de poder é uma pauta nos movimentos negros na medida em que através desses espaços as conquistas sociais podem ser alcançadas e garantidas para a população negra do país. Embora o racismo esteja presente na sociedade brasileira e não haja indícios de avanços substanciais nesse campo, para Belchior os movimentos negros brasileiros vive um momento de salto organizativo, tanto do ponto de vista da organização política quanto da elaboração de propostas para o país e de disputa institucional (TERRA, 2022). Essa declaração, demonstra uma recolocação do debate sobre as pautas da população negra para dentro do campo político, o qual é um reflexo da capacidade que os movimentos negros têm conquistado nas articulações relacionadas as suas demandas prioritárias. Desse modo, para Belchior a estratégia de apoiar as candidaturas de pessoas negras é uma ação que visa consolidar o próprio movimento (TERRA, 2022).

O propósito pela inclusão do negro nas decisões políticas ocorre junto com outras lutas que estão envolvidas na questão do racismo, mas também que tem relação com o contexto da época. Por exemplo, no contexto do governo Bolsonaro que foi presidente do Brasil de 2019 a 2022, houve a necessidade de uma articulação e organização dos movimento negros para reagir ao discurso e as narrativas do atual governo e, tentar superar esse momento trágico, ataques as minorias, e do genocídio negro (TERRA, 2022). Tal cenário, iniciado em 2016 com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, evidenciou que apesar do espaço conquistado dentro de governos progressistas, a luta antirracista se constitui numa arena de constante disputa e que demanda constante vigilância do movimento negro (GOMES, 2020).

Belchior reconhece mudanças nas demandas dos movimentos e que a questão racial articulada com outras clivagens relacionadas a desigualdades sociais são demandas que “atravessam a vida da população negra brasileira” (TERRA, 2022, n.p). Ou seja, conforme ele mesmo explica os elementos que motivaram as pessoas antes, não são as mesmas de hoje, mas esses antigos motivadores não desapareceram. Porém, atualmente os temas abordados são: a luta pelo direito das mulheres, a luta pelos direitos da população LGBTQIA+, a luta pelos direitos da população negra e dos povos indígenas. E essas pautas devem estar articuladas e inseridas em outras discussões, Belchior defende, por exemplo, a criação de um plano educacional antirracista (TERRA, 2022).

Em suma, conforme revelados nas entrevistas as principais demandas dos movimentos negros em relação à política institucional seriam: superar o apagamento do negro na política institucional; conquistar visibilidade, oportunidade e espaço dentro dos partidos políticos; construir uma bancada negra no Congresso e construir um Plano Educacional Antirracista.

Sendo assim, o que se pode destacar nesse debate é a novidade que os movimentos trazem ao demandarem a inclusão da população excluída das decisões políticas. Os movimentos negros são também formados por jovens que estão sendo socializados politicamente com uma forte preocupação com direitos para jovens, mulheres, negras e população LGBTQIA+ e com a inclusão política desses grupos. Logo são jovens com dificuldades a acesso a direitos em vários campos que tem levado adiante justamente o processo de reconhecimento das diversidades sociais construídas a partir das suas visões de mundo.

A inclusão desses grupos demanda reflexão sobre as posições de poder, que é o que eles vêm fazendo. Segundo apontam, os cargos institucionais da política quase sempre são ocupados historicamente por homens, velhos, brancos e heterossexuais. Essa percepção está bem dispersa na arena dos movimentos sociais, a exemplo dos dados de pesquisas sobre os coletivos. Ao que tudo indica, os trabalhos sobre a participação política das juventudes contemporâneas têm apontado uma descrença em relação às instituições parlamentares, como os partidos políticos (ARAÚJO; PEREZ, 2021; PEREZ; SOUZA, 2020) o que tem levado os jovens a optarem por outras formas diretas de participação, sem intermediações, tendo como exemplo as organizações chamadas de coletivos (PEREZ; SOUZA, 2020). Esses movimentos produzem os meios alternativos de participação política e inclusão social dos segmentos oprimidos e marginalizados. Ou seja, corroboram a realização de novas formas de identidades coletivas e abarcam o espaço no campo da representação política.

Frequentemente integrantes dos movimentos e coletivos criticam outras organizações políticas consideradas tradicionais, como os partidos políticos e aquelas que participam da

esfera parlamentar, os quais são consideradas inflexíveis e hierárquicas. A própria adoção do nome coletivo demarca um distanciamento em relação a outros tipos de organizações políticas. Para os jovens, participar de um coletivo é uma forma de agir politicamente, ainda que distante dos vícios e problemas das organizações políticas tradicionais (PEREZ; SOUZA, 2020). Os jovens que participam de coletivos reivindicam então maior inclusão nas decisões políticas tanto para as juventudes, quanto para outros grupos mais sujeitos a opressões sociais e que têm mais dificuldade de acesso a direitos - como mulheres, negros, população LGBTQIA+ e moradores de periferias.

Parece então fazer parte das discussões contemporâneas a inclusão da maioria que sofre a falta de direitos e que deveria estar presente nas instâncias decisórias porque só ela sabe a resposta para o aprimoramento do sistema político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar a percepção das demandas dos movimentos negros e a inserção de pessoas negras na composição dos Ministérios após a redemocratização desde 1985 até o atual Governo, em 2023. Para a consecução desses objetivos foram analisadas as entrevistas do ativista Douglas Belchior do Movimento negro, Coalizão Negra por Direitos, a principal aliança dos movimentos negros do Brasil. Verificou-se também como os partidos brasileiros se organiza para obtenção dos cargos ministeriais, os quais são vistos como moeda de troca, além de analisar como os negros estão inseridos nesse sistema partidário na busca por esses postos de linha de frente dos ministérios.

Além da análise das entrevistas de Douglas Belchior foram considerados o perfil dos Ministros autodeclarados negros ao longo do atual período republicano, em vista de entender as pautas do movimento negro defendidas por Belchior. Como resultados inicialmente foi analisada a presença de pessoas negras em cargos de Ministros ao longo do atual período republicano, desde o governo Sarney até o atual governo Lula. O cenário observado revelou uma presença tímida de negros e negras em cargos do primeiro escalão ao longo da terceira república, havendo destaque somente a partir das gestões petistas. Tal movimento de inclusão que deu a partir da relação dos movimentos negros com os partidos mais à esquerda foi interrompido com o impeachment de Dilma Rousseff e, após este ocorrido, houve uma guinada do Governo Federal para uma agenda conservadora e neoliberal sob Michel Temer. Tal cenário veio ainda a piorar, com a vitória de Bolsonaro em 2018 diante de uma campanha significativamente racista, os quais eram demonstradas em suas declarações.

Destaca-se que o movimento pela libertação de uma sociedade racista se une ao projeto político do Partido dos Trabalhadores. É nesse contexto de embate contra um governo conservador e sem políticas públicas voltadas para as minorias, o qual foi o governo Bolsonaro, que o movimento negro contribui para consolidar o projeto alternativo de sociedade. Sendo assim, o movimento negro encontrou, no PT, a conexão para o resgate da identidade e da justiça.

A relação entre o PT e a questão racial se estabelece pelo conflito, ao mesmo tempo em que, em determinados momentos, a situação tende a ser promissora para os negros. Esse aspecto refere-se ao fato de que ele é o maior partido político de esquerda, atualmente, que dispõe a discutir a questão do negro brasileiro. Contudo, gera um conflito porque uma vez no comando, o PT não correspondeu às expectativas do movimento negro, no que concerne à oportunidade de acesso aos cargos de poder, neste caso, aos ministérios, nos mandatos anteriores.

No entanto, a partir da vitória de Lula em 2022 houve a perspectiva desse segmento que seria o começo de uma era de resgate de identidade, de visibilidade e de poder político. Isso

veio a se confirmar, na formulação da equipe ministerial, o qual conta com uma maior inclusão de negros/as nos Ministérios, com o total de 10 Ministros autodeclarados negros que compõem o atual governo do presidente Lula, esse número se dá num universo de 37 Ministérios. Apesar de representar um progresso, essa quantidade de negros/as no primeiro escalão do governo federal, tendo em vista, os Ministérios que antes eram direcionados para esse segmento – Igualdade Racial, Esporte e Cultura – houve uma ampliação de pessoas negras ocupando outros cargos ministeriais, além dos que sempre foram “garantidos”. Porém, é muito curto o período em que tais atores se encontram em exercício o que, acaba sendo forçoso apresentar algum consenso sobre como eles têm efetivado pautas do movimento negro em suas ações. Com exceção dos ministérios da igualdade racial e dos direitos humanos que possuem um campo de atuação que se volta para o combate ao racismo é difícil dosar em que medida os demais Ministros estejam assimilando práticas antirracistas em suas gestões até o momento.

Em relação às pautas dos movimentos negros que se apresentaram nas falas de Belchior, destaca-se: a luta por visibilidade dentro dos partidos políticos, a participação na política institucional como meio de fortalecer o movimento negro, a importância de constituir uma bancada negra no congresso, a criação do plano educacional antirracista, o protagonismo do movimento negro no campo progressista, reconhecimento de outros elementos que se interseccionam com a questão racial e pôr fim a questão do racismo ambiental.

As falas de Belchior expressaram os desafios do movimento negro diante da hierarquia dos partidos políticos, mesmo os de esquerda. Para ele a luta antirracista ainda esbarra na hierarquia partidária que dificulta, quando não, impede, a inserção do negro na política institucional. Além disso, vale destacar como Belchior relata a importância orgânica do movimento negro para a área progressista, argumentando que isso precisa se materializar na sua liderança do campo da esquerda.

Através desses contextos, é evidente a importância dos movimentos sociais na atuação externa à política institucional, assim como é fundamental a pressão política no sentido de influenciar governos para a implementação de políticas condizentes com as necessidades de um grupo social ou de uma população. Por este ponto de vista, os coletivos acabam constituindo dois propósitos que são: o defensivo, na direção de produzir com a sociedade apontando caminhos para soluções dos problemas sociais e o ofensivo no que concerne à sua participação e influência nos governos, com a finalidade de elaborar políticas sociais que venham a suprir as necessidades de seus cidadãos.

Em termos de agendas de pesquisas, é necessário destacar o campo de pesquisa que fica em aberto, tais como a avaliação de como esses indivíduos autodeclarados negros irão atuar ao

longo dos anos deste governo e como isso se liga com as pautas dos movimentos negros. Também é importante destacar como os movimentos negros irão atuar enquanto repertório nessa nova conjuntura política brasileira.

Sendo assim, considera-se que nesse campo é urgente debater como as gerações mais antigas, que ocupam os espaços de poder, podem se transformar conforme as demandas colocadas pelos movimentos. Aí está o desafio. Os movimentos têm um recado importante a respeito da origem das desigualdades sociais e de como solucioná-las. Para eles as desigualdades têm relação com o fato de que a maioria da população - considerando que mulheres, negras/os, LGBTQIA+, jovens e moradores de periferia não são minorias - não está incluída nas principais decisões que dizem respeito ao coletivo. Com o argumento de lugar de fala, esses membros dos movimentos vêm forçando as gerações mais velhas a se abrirem para novas formas de agir e de pensar que pedem a democratização de todos os espaços de poder.

Como uma forma de continuação de progresso, sugere-se que para progredir nesse embate as organizações devem ser mais inclusivas e horizontais. Isso requer que aqueles que ocupam os cargos de decisão se abram para grupos com os quais eles não estão acostumados a partilhar. Essa não é uma tarefa fácil. É preciso primeiro uma postura de abertura diante do que os movimentos têm a ensinar. Mas é preciso também uma transformação na prática, incluindo aqueles que até agora estão excluídos dos debates e das decisões coletivas.

Observa-se, então, um processo organizativo dos movimentos sociais brasileiro, dentre esses o movimento negro, o objeto desta pesquisa, que com a criação da Coalizão Negra por Direitos busca construir um processo de luta política que influenciará nos rumos do antirracismo no país. A Coalizão dá a tônica dos discursos das lutas negras atualmente, os quais giram em torno de muitas transformações, entre elas estão as mudanças institucionais direcionadas na mitigação das desigualdades raciais.

Conclui-se com este trabalho que, os movimentos sociais negros vêm se configurando, nos últimos tempos, como uma reestruturação das formas de fazer política que se esforçam para ultrapassar os campos de cunho político-parlamentar ou partidos políticos. Por conseguinte, obtêm um comprometimento em relação à mudança social, inclusão e democratização dos ambientes de poder. Nesse sentido, tornam-se influentes com o passar dos anos, os quais, envolvem os diversos segmentos da sociedade: indigenistas, ecologistas, feministas, negros - este último sendo o objeto de pesquisa do presente trabalho. Assim, essas entidades exercem dois propósitos que são, reelaborar a democracia parlamentar, o que a Coalizão Negra por Direitos já vem fazendo nas eleições, desde 2020, através de projetos como o Quilombo nos Parlamentos; e a outra finalidade seria o remodelamento dos espaços de poder, sendo uma

maneira de reformar os lugares de decisões, onde os cidadãos que estão na base da estrutura social, acabam por encontrar lugares na política institucional brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca Neaera; TATABIGA, Luciana. Os movimentos sociais e as eleições de 2020. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** Hucitec Editora: São Paulo, 2022.
- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ADORNO, Luís. Pré-candidato do PSOL diz que partido é racista e não mantém coerência. **Uol.** 23 de julho de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/23/pre-candidato-do-psol-diz-que-partido-e-racista-e-nao-mantem-coerencia.htm> [consultado em 07 de fevereiro de 2023]
- ALVARENGA, Camila. “Racismo de Bolsonaro é planejado”, diz Douglas Belchior. **Opera Mundi.** 02 de março de 2022. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/20-minutos/73481/racismo-de-bolsonaro-e-planejado-diz-douglas-belchior> [consultado em 27 de janeiro de 2023]
- ANDRADE, Mariana. Lula baterá recorde de mulheres e negros nos ministérios desde a redemocratização. **Metrópoles.** 29 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/lula-batera-recorde-de-mulheres-e-negros-nos-ministerios-desde-a-redemocratizacao> [consultado em 11 de fevereiro de 2023]
- ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”. **Dados – Revista de Ciência Sociais**, v. 44, p. 155-95, 2001.
- ARAÚJO, Rogério de Oliveira.; PEREZ, Olívia Cristina. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 50, p. 327–349, 2021.
- Ataques ao movimento negro, agressão a artistas e retirada de homenagens: as discussões de Sérgio Camargo à frente da Fundação Palmares. **O Globo.** 30 de agosto de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/ataques-ao-movimento-negro-agressao-artistas-retirada-de-homenagens-as-polemicas-de-sergio-camargo-frente-da-fundacao-palmares-25176802> [consultado em 18 de fevereiro de 2023]
- BERNARDES, José Eduardo. “A novidade para esse país são os negros no poder”, diz Douglas Belchior. **Brasil de Fato.** 23 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/23/a-novidade-para-esse-pais-sao-os-negros-no-poder-diz-douglas-belchior> [consultado em 19 de janeiro de 2023]
- BRANT, Danielle; MACHADO, Renato. Bolsonaro repete 2018 e ignora política para negros em programa de governo. 24 de agosto de 2022. **Folha de S. Paulo.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/bolsonaro-repete-2018-e-ignora-politica-para-negros-em-programa-de-governo.shtml> [consultado em 20 de fevereiro de 2023]
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, p. 78-81,1988.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação, 171).

BUENO, Natália Salgado; DUNNING, Thad. Race, resources, and representation: evidence from brazilian politicians. **World Politics**, v.69, n.2, p.327–365, 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não-brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, p. 121–151, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v.25, n. 61, p. 125 - 142, 2017.

Carta Proposta da Coalizão Negra Por Direitos. **Coalizão Negra por Direitos**. 2022. Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/sobre/> [consultado em 18 de janeiro de 2023]

CONCEIÇÃO, Alexsandro Gomes da. O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03. **Revista África e Africanidades**, v. XII, n.31, p. 01–19, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. Os ministros da Nova República – Notas para entender a democratização do Poder Executivo. In: II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 60: Política e administração: continuidade e mudança dos governos, 2013, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2013, p. 01-38.

D'ARAUJO, Maria Celina; PETEK, Júlia. Recrutamento e perfil dos dirigentes públicos brasileiros nas áreas econômicas e sociais entre 1995 e 2012. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 840–862, out. 2018.

DOUGLAS Belchior: “O Movimento negro tem que ser a direção política do campo popular”. **Terra**. 30 de setembro de 2022. Disponível em: Douglas Belchior: "O movimento negro tem que ser a direção política do campo popular" (terra.com.br) [consultado em 02 de janeiro de 2023]

DOVI, Suzanne. Preferable descriptive representatives: Will Just Any Woman, Black, or Latino Do? **The American Political Science Review**, v. 96, n. 4, p. 729–743, 2002.

ÉBOLI, Evandro. Movimento que apoiou Lula quer cota para negros no primeiro escalão. **Metrópoles**. 17 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-donoblat/movimento-que-apoiou-lula-defende-cota-para-negros-no-primeiro-escalao> [consultado em 6 de fevereiro de 2023]

FILIPPIN, Natália. Com 23 votos favoráveis, Renato Freitas perde mandato na Câmara de Curitiba por quebra de decoro. **GLOBO.COM**. 05 de agosto de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/08/05/com-23-votos-favoraveis-renato-freitas->

perde-mandato-na-camara-de-curitiba-por-quebra-de-decoro.ghtml [consultado em 06 de fevereiro de 2022]

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 360–371, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>

Juiz do TSE defende cota para negros nas candidaturas eleitorais. **Poder360**. 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/juiz-do-tse-defende-cota-para-negros-nas-candidaturas-eleitorais/> [consultado em 06 de fevereiro de 2023]

MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? a contingent "yes". **The Journal of politics**, v.61, n.3, p.628–657, 1999.

MENDES, Luiz. Governo Lula tem 27% de ministros negros ou pardos; Bolsonaro tinha 4,3%. **Diário do Estado**. 04 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://diariodoestado.com.br/governo-lula-tem-27-de-ministros-negros-ou-pardos-bolsonaro-tinha-43-234699/> [consultado em 30 de março de 2023]

MINISTÉRIOS de Lula em 2003, 2007 e 2023. **O Globo**. 02 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/ministerios-de-lula-em-2003-2007-e-2023-compare-os-gabinetes-dos-tres-governos-do-petista.ghtml> [consultado em 14 de março de 2023]

MONCAU, Gabriela. “Quilombo nos parlamentos”: 26 lideranças do movimento negro são eleitas no Brasil. **Brasil de Fato**. 04 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/04/quilombo-nos-parlamentos-26-liderancas-do-movimento-negro-sao-eleitas-no-brasil> [consultado em 7 de fevereiro de 2023]

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**, v. 10. Edusp. 1988.

Novo presidente da Fundação Palmares minimiza racismo no Brasil em post; entidades criticam. **TV Globo e GloboNews**. 28 de novembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/28/novo-presidente-da-fundacao-palmares-minimiza-racismo-no-brasil-em-post.ghtml> [consultado em 18 de fevereiro de 2023]

O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. **El País**. 07 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html [consultado em 06 de fevereiro de 2023]

OHANA, Victor. Movimentos sociais convocam mobilização por vitória de Lula no 1º turno. **Carta Capital**. 15 de setembro de 2022. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/movimentos-sociais-convocam-mobilizacao-por-vitoria-de-lula-no-1o-turno/> [consultado em 06 de fevereiro de 2023]

PACÍFICO, Fernando; BRAMBILA, Bárbara. Câmara de Campinas abre investigação sobre ofensa racial contra vereadora durante sessão. **GLOBO.COM**. 08 de novembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/11/08/camara-de-campinas-abre-investigacao-sobre-ofensa-racial-contravereadora-durante-sessao.ghtml> [consultado em 06 de fevereiro de 2023]

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2007-2008**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

PALOTTI, Pedro; CAVALCANTE, Pedro. Articuladores políticos e dirigentes da burocracia: ministros de estado no Brasil e em perspectiva comparada. In: PIRES, ROBERTO; LOTTA, GABRIELA; OLIVEIRA, VANESSA ELIAS DE (Eds.). **Burocracia e políticas públicas: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018.

PALOTTI, Pedro; CAVALCANTE, Pedro. Estratégias de Nomeações Ministeriais: entre a política e as políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, p. 01–20, 25 nov. 2019.

PEREIRA, Aline; PEREIRA, Vantuil. Miradas sobre o poder: A nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 33–56, 2021.

PEREZ, Olivia Cristina; SOUZA, Bruno Melo. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa**, v. 1, p. 1-19, 2020.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PIRES, Breiller. Ministro Decotelli cai por maquiagem currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação. **El País**. 01 de julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decatelli-cai-por-maquiagem-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html> [consultado em 06 de fevereiro de 2023]

PRESENÇA Negra no governo Dilma é menor desde 2003. **AFROPRESS**. 01 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.afropress.com/presenca-negra-no-governo-dilma-e-a-menor-desde-2003/> [consultado em 07 de fevereiro de 2022]

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Revista Opinião Pública**. Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, 2009.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.2, p. 399-431, 2012.

SCHREIBER, Mariana. Eleições 2018: candidaturas de negros/as crescem, mas partidos continuam com maioria de brancos. **BBC**. 29 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45289523> [consultado em 10 de fevereiro de 2023]

SCOLESE, Eduardo; CRUZ, Valdo. Ministra da Igualdade Racial cai por uso irregular de cartão. **Folha de S. Paulo**. 02 de fevereiro de 2008. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0202200802.htm> [consultado em 09 de março de 2023]

SENRA, Ricardo. Decotelli diz a interlocutores que caiu por mistura de ‘racismo e antibolsonarismo’. **BBC**. 06 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53312912> [consultado em 06 de fevereiro de 2023]

SILVA, Franco Alves da. O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequências. **Nexo**. 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%Aancias> [consultado em 09 de fevereiro de 2023]

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. São Paulo: LeYa, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

ZUCCO, César Jr.; POWER, Timothy J; BATISTA, Mariana. **Measuring portfolio salience using the Bradley - Terry model: an illustration with data from Brazil**. *Research & Politics*, 1-18, 2019.